7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): "Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"
06 de dezembro 2024, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS).
Área Temática: Raça e Antirracismos nas Relações

RAÇA, COLONIALIDADE E AMEFRICANIDADE: UM (IN)VISIBILIZADO NA POLÍTICA MUNDIAL

Maria Beatriz de Jesus Silva
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

RESUMO: O presente artigo apresenta uma análise sobre raça como elemento integral da política mundial, sob a ótica do pós-colonialismo. Seu objetivo é discutir o silenciamento e invisibilidade nas demandas de raça que resultam em uma sustentação da continuidade do colonialismo e racismo no cenário internacional e na disciplina das Relações Internacionais (RI). Para isso, serão discutidos o apagamento das questões raciais no internacional, bem como as estruturas herdeiras do colonialismo, como branquitude patriarcal euro-estadunidense. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa que se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica com revisão de literatura, a partir de fontes teóricas relacionadas a temática, reunindo insights dos estudos pós-coloniais. Nesse sentido, o argumento do artigo é que raça é um elemento integral da política mundial, indo além de uma perspectiva periférica e a exclusão de suas dinâmicas perpetuam a marginalização e a opressão. Da mesma forma, para desenvolver seu argumento, o artigo está estruturado em três seções. A primeira parte abordará o papel central da branquitude patriarcal euro-estadunidense nas Relações Internacionais, destacando sua influência na organização da disciplina, moldando narrativas, práticas e estruturas de poder. A segunda seção se concentrará nas dinâmicas raciais negligenciadas nas teorias hegemônicas das RI, evidenciando silêncios sistemáticos em torno da raça. Por fim, a terceira explorará as interseções entre racismo e colonialismo como fundamentos da disciplina, analisando como esses fenômenos são perpetuados e naturalizados, contribuindo para estruturas de poder desiguais.

PALAVRAS-CHAVE: Branquitude, Colonialismo, Raça, Racismo, Amefricanidade.

ABSTRACT: This article presents an analysis of race as an integral element of world politics, from the perspective of post-colonialism. Its objective is to discuss the silencing and invisibility in the demands of race that result in sustaining the continuity of colonialism and racism on the

international scene and in the discipline of International Relations (IR). To this end, the erasure of racial issues internationally will be discussed, as well as the structures inherited from colonialism, such as Euro-American patriarchal whiteness. This is research with a qualitative approach that is characterized as a bibliographical research with a literature review, based on theoretical sources related to the theme, bringing together insights from post-colonial studies. In this sense, the article's argument is that race is an integral element of world politics, going beyond a peripheral perspective and the exclusion of its dynamics perpetuates marginalization and oppression. Likewise, to develop its argument, the article is structured into three sections. The first part will address the central role of Euro-American patriarchal whiteness in International Relations, highlighting its influence on the organization of the discipline, shaping narratives, practices and power structures. The second section will focus on racial dynamics neglected in hegemonic IR theories, highlighting systematic silences around race. Finally, the third will explore the intersections between racism and colonialism as foundations of the discipline, analyzing how these phenomena are perpetuated and naturalized, contributing to unequal power structures.

KEYWORDS: Whiteness, Colonialism, Race, Racism.

INTRODUÇÃO

As relações internacionais, vasto território onde nações se entrelaçam, alianças são forjadas e conflitos emergem, têm sido tradicionalmente exploradas sob a égide de narrativas que muitas vezes negligenciam dimensões cruciais: raça, racismo e a persistente sombra da colonialidade. Este artigo propõe uma incursão nesse terreno, onde as nuances da raça se entrelaçam com as complexidades do racismo e as reverberações persistentes do colonialismo, desafiando a inércia de paradigmas convencionais. Em meio a um panorama internacional cada vez mais interconectado, a reflexão crítica sobre esses temas emerge como imperativo para uma compreensão verdadeiramente abrangente das relações internacionais contemporâneas.

No cenário global atual, marcado por fluxos incessantes de informações, interdependência econômica e redes complexas de influência, a percepção convencional das relações internacionais muitas vezes omite as dinâmicas subjacentes de raça e colonialidade. Contudo, ignorar esses elementos é negligenciar aspectos fundamentais da experiência humana que moldam as interações entre nações. O enraizamento histórico de estruturas coloniais e a construção social da raça continuam a ecoar em debates diplomáticos, desigualdades globais e na formação de identidades nacionais.

A raça, mais do que uma mera categorização biológica, é uma construção social intrincada que permeia a tessitura das relações internacionais. Historicamente utilizada para justificar a exploração e subjugação, a concepção de raça tem se entrelaçado com narrativas nacionalistas, afetando as percepções de poder, prestígio e legitimidade entre Estados. Ao (re)pensar a raça nas relações internacionais, torna-se imperativo questionar as categorias estabelecidas e examinar como essas concepções moldam políticas, alianças e disputas globais.

O enlace intrínseco entre a disciplina das Relações Internacionais (RI) e as hierarquias raciais é fundamental para compreender as dinâmicas do poder global. O racismo, caracterizado como um regime de opressão, desempenha o papel de excluir certos grupos da competição pelo poder e da distribuição de recursos, com a branquitude patriarcal euro-estadunidense atuando como sujeito direcionador, organizador e normatizador das Relações Internacionais, conforme destacado por Schucman (2020). Contudo, paradoxalmente, as análises do sistema internacional têm consistentemente silenciado as dinâmicas raciais, perpetuando a marginalização de tais questões nas teorias hegemônicas da área.

A persistência do racismo estrutural em organizações internacionais e instituições globais constitui uma dimensão crucial desse diálogo. A perpetuação de desigualdades sistêmicas, muitas vezes enraizadas em estruturas herdeiras do colonialismo, impacta a formulação de políticas e a distribuição de recursos em escala global. Examinar o racismo como um fenômeno intrínseco às estruturas internacionais revela a necessidade premente de uma análise crítica das instituições que moldam o mundo.

Dessa forma, o trabalho parte do princípio de que a raça não é apenas uma perspectiva, mas sim um elemento integral da política mundial, e o racismo não se limita a questões domésticas, transcendendo fronteiras nacionais (ZVOBGO E LOKEN, 2020; SHILLIAM, 2020). Assim, o objetivo central do artigo é expor os silêncios que contribuem para a persistência do colonialismo e racismo como um elemento fundamental da disciplina e defender a necessidade premente de incorporar raça e branquitude como categorias analíticas essenciais no estudo das RI. A proposição central é que o racismo não é uma mera contingência nas RI, mas sim um componente integrante da ontologia e da construção do saber na disciplina.

Com isso, a seguinte pesquisa também incorpora a categoria político-cultural de amefricanidade, desenvolvida por Lélia Gonzalez, como um dos pilares centrais do trabalho. A amefricanidade, que resgata as dinâmicas da diáspora negra, é essencial para compreender a influência dos negros em diáspora e dos povos indígenas na formação e política mundial, em especial na América Latina.

Assim, trazendo o colonialismo, embora formalmente encerrado em muitas partes do mundo, projeta uma sombra duradoura sobre as relações internacionais contemporâneas. As antigas potências coloniais ainda exercem influência, direta ou indiretamente, em diversas

esferas, desde economia até política externa. Ademais, a resistência contra a colonização, aliada às complexidades neocoloniais, demanda uma análise sobre as intricadas teias que conectam o passado colonial ao presente.

Logo, a narrativa ressalta que as RI, ao negligenciarem as questões raciais, perpetuam o status quo do poder global e contribuem para a marginalização de grupos racialmente oprimidos. A branquitude patriarcal euro-estadunidense, ao servir como o sujeito norteador das RI, molda as perspectivas, prioridades e estruturas de poder na disciplina, resultando na perpetuação de dinâmicas opressoras. O racismo, ao ser sistematicamente ignorado, mantém-se como um eixo fundante da disciplina, evidenciando as relações de poder embutidas em estruturas internacionais.

Com isso, a necessidade urgente de incorporar a raça e a branquitude como elementos centrais na análise das RI é argumentada como um passo crucial para desafiar esses silêncios persistentes. Introduzir essas categorias analíticas fundamentais permitiria uma compreensão mais completa das relações internacionais, destacando as complexas interseções entre poder, identidade e opressão. Além disso, reconhecer a ontologia racial das RI é essencial para desmantelar as estruturas de poder que perpetuam desigualdades globais.

Nesse sentido, para atingir seu objetivo, será adotada neste estudo uma abordagem interdisciplinar, reunindo insights dos estudos pós-coloniais e análises de relações internacionais. A revisão da literatura abrangendo contextos históricos e contemporâneos, proporcionará uma compreensão multifacetada dessas interconexões. Além disso, a incorporação de vozes subalternizadas e a consideração das perspectivas decoloniais serão cruciais para desafiar hegemonias acadêmicas.

Isto posto, o argumento deste artigo é que raça é um elemento integral da política mundial, indo além de uma perspectiva periférica e a exclusão de suas dinâmicas perpetuam a marginalização e a opressão. Ao destacar a branquitude patriarcal euro-estadunidense como influenciadora central e um sujeito norteador na disciplina das RI isso evidencia os silêncios sistemáticos em torno da raça na disciplina, sendo este reconhecimento um passo fundamental para confrontar as estruturas que perpetuam as hierarquias raciais nas Relações Internacionais.

Por conseguinte, de modo a desenvolver o seu argumento, o artigo será estruturado em três seções. A primeira seção abordará sobre o papel central da branquitude patriarcal euro-estadunidense nas Relações Internacionais (RI). Serão explorados os mecanismos pelos quais essa perspectiva influencia e organiza a disciplina, moldando as narrativas, práticas e estruturas de poder. Além disso, a segunda seção se concentrará nas dinâmicas raciais negligenciadas nas teorias hegemônicas das RI, trazendo o conceito de amefricanidade. Buscará evidenciar os silêncios sistemáticos em torno da raça, apontando para a omissão de análises críticas sobre como as hierarquias raciais moldam as interações globais. A terceira seção do artigo explorará as interseções entre racismo, colonialismo e pós-

colonialismo como eixos fundantes da disciplina. Analisará como esses fenômenos são perpetuados e muitas vezes naturalizados nas RI, contribuindo para a manutenção de estruturas de poder desiguais.

1 A BRANQUITUDE PATRIARCAL EURO-ESTADUNIDENSE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A herança da relação colonial deixou uma profunda marca na maneira como os indivíduos percebem a si mesmos, estabelecendo espaços sociais diferenciados para aqueles de pele branca e pele não branca. Ao examinar a colonialidade do poder, torna-se evidente que certas identidades foram investidas com uma sensação de superioridade, fundamentada nos níveis atribuídos de humanidade a essas identidades. Como Maldonado-Torres (2007) destacou, a tonalidade da pele tornou-se um símbolo significativo associado à proximidade ao ideal de uma humanidade completa.

Esse fenômeno é encapsulado na ideia de branquitude, que emerge como um produto da estrutura colonialista, sendo moldada por dinâmicas raciais, sociais e históricas que perpetuam a ideia de superioridade (SILVA, 2017). Consequentemente, as pessoas brancas desfrutam de privilégios simbólicos, muitas vezes de maneira inconsciente (BENTO, 2002).

A origem da branquitude remonta aos eventos históricos desencadeados pelo projeto de colonização, que culminou na instauração do sistema escravagista. Esse modelo de opressão, fundamentado na supremacia racial, tornou-se um pilar ideológico que permeia as estruturas sociais até os dias atuais. Ao estabelecerem a identidade racial branca como padrão, os indivíduos contribuíram para uma lógica que marginalizou outros grupos étnicos, solidificando, assim, a branquitude como um componente central na construção social (SILVA, 2017).

Dito isso, a branquitude, nas palavras do autor Bento, se refere a “um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade” (BENTO, 2002, p. 5).

Bento (2014) sugere que para compreender a branquitude e o processo de branqueamento, é crucial analisar a projeção do branco sobre o negro. Essa projeção, marcada pelo medo e envolta em silêncio, atua como um guardião dos privilégios. Para o autor, a construção da identidade branca e o branqueamento não são apenas resultado da afirmação branca, mas estão intimamente ligados ao temor e à preservação de vantagens sociais, sendo destacada a complexidade psicossocial envolvida na dinâmica racial, enfatizando a interconexão entre a identidade branca, o medo do "outro" e a manutenção de benefícios estruturais.

Além disso, como característica da identidade racial branca, a autora Edith Piza destaca que (2014, p. 72):

> Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros. As consequências dessa visibilidade para os negros são bem conhecidas, mas a da neutralidade do branco é dada como 'natural', já que é ele o modelo paradigmático de aparência e de condição humana.

Nesse ínterim, a branquitude nas RI possui raízes históricas profundas, especialmente ligadas ao colonialismo e à expansão imperial europeia. Conforme trazido pelos autores Walter Mignolo e Aníbal Quijano, em que estes argumentam que a disciplina de RI emergiu como parte integrante da agenda euro-estadunidense, sendo moldada para servir aos interesses colonizadores (MINGNOLO, 2003; QUIJANO, 2005).

Logo, averigua-se que a disciplina de Relações Internacionais (RI), ao surgir nos primeiros anos do século XX, apesar de ser comumente associada à Primeira Guerra Mundial e aos esforços para promover a paz global, está intrinsecamente conectada às agendas euro-estadunidenses e ao contexto colonial. A partilha do continente africano, legitimada pela Conferência de Berlim (1884-1885), é um marco que ilustra a relação intrínseca entre a institucionalização das RI e a sua aliança com o avanço neocolonialista europeu (HERZ, 2002).

> A separação social das raças tratava-se da ruptura súbita de quase todas as relações entre brancos e negros no trabalho, no governo, na vida familiar. Desde então, tem-se propagado um novo ajustamento de relações em questões econômicas e políticas – um ajustamento sutil e difícil de compreender e, contudo, singularmente engenhoso, em que ainda persevera aquele temível abismo do preconceito cuja transposição é extremamente arriscada (DU BOIS, 1999, p. 150-151).

Dessa forma, a branquitude patriarcal euro-estadunidense desempenha um papel preponderante nas Relações Internacionais (RI), permeando a disciplina em diversos níveis. Sua influência se estende desde a construção de narrativas até a organização de práticas diplomáticas e estruturas de poder. O autor Edward Said (1990) argumenta que essa perspectiva contribui para estereótipos e representa o "outro" de maneira eurocentrada, reforçando a ideia de superioridade branca. A narrativa hegemônica muitas vezes coloca o Ocidente como modelo de civilização, enquanto outras regiões são frequentemente retratadas de forma estigmatizada, perpetuando uma ordem mundial onde a branquitude é normatizada.

Na perspectiva de Schucman (2020, p. 60-61), a branquitude pode ser entendida como:

> […] uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade.

Segundo Achille Mbembe e Aníbal Quijano essa perspectiva se traduz em desigualdades evidentes no sistema internacional. A ideia de uma humanidade hierarquizada, onde a clareza da pele está associada a uma maior humanidade, influencia as dinâmicas globais. A colonialidade do poder, como conceituada por Quijano, contribui para a marginalização persistente de comunidades não brancas e legitima práticas de intervenção baseadas em supostas hierarquias raciais (MBEMBE, 2014; QUIJANO, 2005).

Assim, a branquitude não apenas exerceu influência nas dinâmicas sociais, mas também desempenhou um papel crucial na fundação da disciplina de RI. A normalização da identidade branca como padrão social infiltrou-se nas narrativas e estruturas da disciplina desde o seu surgimento, moldando suas perspectivas e prioridades. Nesse contexto, a colonialidade do poder não apenas deixou marcas na subjetividade, mas também se manifestou na própria construção e desenvolvimento da disciplina, perpetuando a hegemonia da branquitude (HERZ, 2002).

Nesse sentido, historicamente, as suas raízes nas RI entrelaçadas ao colonialismo e à expansão imperial europeia, resulta em uma modulação para atender aos interesses colonizadores. A sua influência não se limita à construção discursiva, estendendo-se a práticas diplomáticas e estruturas de poder nas RI. Diante disso, Robert Vitalis (2000) destaca como hierarquias raciais foram incorporadas às instituições internacionais desde o século XX, refletindo a hegemonia branca em decisões políticas e tratados internacionais. A normatização da branquitude se manifesta nas práticas cotidianas da disciplina, contribuindo para a manutenção de uma ordem global que beneficia os interesses euro-estadunidenses (HERZ, 2002).

De acordo com Quijano (2007), a classificação das pessoas com base em características raciais é uma construção social que surge da colonialidade. Esse poder é disseminado de maneira contínua por meio da lógica específica do eurocentrismo. A classificação racial não é meramente uma categorização objetiva, mas uma imposição de hierarquias que suprime a identidade e a cultura dos povos colonizados, substituindo-as por uma nova identidade colonial de conotação negativa. Essa prática omite as expressões culturais e eventos históricos, contribuindo para a formação de uma narrativa simplista.

Achille Mbembe (2001) expande essa reflexão ao argumentar que o colonialismo foi um projeto de universalização com o intuito de inserir os colonizados no âmbito da modernidade. Isso implica não apenas exploração econômica, mas também imposição cultural, que molda a subjetividade dos colonizados.

2 OS SILÊNCIOS SISTEMÁTICOS EM TORNO DE RAÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A CATEGORIA POLITICO-CULTURAL DA AMEFRICANIDADE

A compreensão da origem e definição de raça e racismo nas Relações Internacionais (RI) remete a uma trajetória complexa, moldada por diferentes perspectivas ao longo da história. Inicialmente ancorada em categorizações biológicas, a ideia de raça evoluiu para uma construção social intricada, assim como o racismo transcendeu as fronteiras da biologia para se manifestar como uma construção social profundamente enraizada nas esferas políticas, econômicas e culturais (DU BOIS, 1987).

A concepção inicial de raça estava fundamentada em diferenças percebidas biologicamente entre grupos humanos. Essa visão, que ganhou destaque especialmente durante os séculos XVIII e XIX, foi marcada por tentativas de categorização com base em características físicas, como cor da pele e características faciais. Contudo, a biologia demonstrou que essas diferenças não representavam uma realidade científica que justificasse a separação dos seres humanos em raças distintas (MILLS, 1997).

Ao adentrarmos nas teorias hegemônicas das Relações Internacionais (RI), é inegável que há uma notável lacuna no que concerne à análise das dinâmicas raciais que permeiam as interações globais. Essa omissão sistemática revela um déficit crítico, uma vez que as hierarquias raciais desempenham um papel significativo na formação e evolução do sistema internacional. Dito isso, verifica-se que a compreensão contemporânea de raça é fruto de uma evolução complexa que transcende suas raízes biológicas (SILVA, 2021).

Segundo afirma Du Bois (1925), Anievas et. al. afirmam "[…] one of the most grievous effects of the colour line was the erasure of any relational apprehension of power, hierarchy and division and a denial of the agency of those living behind the veil" (2015, p. 6). Diante disso, a instrumentalização da raça, no contexto da conquista colonial, desvela-se como um elemento crucial para legitimar a imposição colonial.

Além disso, a formação de um discurso que estabelecia o binarismo dito uns como inferiores e outros como superiores, vinculado principalmente à dicotomia de colonizado e o colonizador, foi essencial para "outorgar legitimidade" a essa empreitada. Essa dicotomia racial, ampliando a perspectiva eurocêntrica, tornou-se um eficaz meio universal de dominação social, permeando todos os campos, desde o controle do trabalho até a manipulação das formas culturais de intersubjetividade e noções de conhecimento (QUIJANO, 2005).

> A América constitui-se como o principal espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistador e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais

> tarde, do mundo, nesse novo padrão de poder (QUIJANO, 2005, p. 117, tradução nossa).

Dessa maneira, Quijano (2005) destaca que essa diferenciação racial não se restringe a uma esfera específica; ao contrário, ela molda todas as dimensões da sociedade. A colonização não é apenas uma questão material, mas é uma invasão das percepções subjetivas e das experiências culturais. A perspectiva eurocêntrica sobre a ideia de raça, portanto, não apenas perpetua a dicotomia racial, mas também molda a compreensão de como os diferentes grupos sociais interagem e se posicionam na estrutura global.

Avista disso, verifica-se que as RI replicou a lógica da diferença racial, sustentando uma linha de cor. Por consequência, as questões relacionadas a raça e racismo "[…] continue to subliminally structure contemporary world politics, in both material and ideological ways [...] to elucidate the intimate interconnections between orientalist/racial frameworks of analysis and processes of grand strategy making, interstate conflict and war" (ANIEVAS et. al., 2015, p. 3).

O racismo, por sua vez, é intrinsecamente ligado a essa construção social da raça. Não se trata apenas de uma manifestação biológica de diferenças, mas de um fenômeno social que se manifesta nas relações entre grupos humanos. Dessa forma, percebe-se que a base do racismo reside nas ideias e interesses daqueles que possuem o poder hegemônico, isto é, os ditos superiores em detrimento dos inferiores. Essa construção social reflete-se nas estruturas políticas, econômicas e culturais, perpetuando desigualdades sistêmicas, como por exemplo a caracterização de países subalternos, desenvolvidos/subdesenvolvidos e/ou Norte/Sul global (BALLESTRIN, 2020).

Explorando a conexão entre raça e a distribuição global de poder na sociedade capitalista, observa-se a associação da brancura a privilégios e vantagens no mundo capitalista e colonizador. Sob a análise de Mbembe em "Necropolítica" (2018), o racismo é reconhecido como a "condição para aceitabilidade do fazer morrer", revelando a hierarquização e depreciação do "Outro". Com isso, a transformação dos considerados inferiores em estranhos/inimigos, fundamentada nos discursos euro-estadunidense sobre "raça", vem como justificativa para o controle biopolítico na aplicação do poder punitivo e letal. Destaca-se com isso a ainda persistência do passado escravocrático e colonizador na política contemporânea, tendo em vista os repetidos cenários de genocídios contra a população negra/indígena no século XXI (HERZ, 2002).

No âmbito do debate sobre o racismo, Almeida (2018) ressalta que:

> A principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA, 2018, p. 30).

Nesse sentido, ao trazer para debate o diálogo sobre raça, faz-se necessário tradar do conceito de amefricanidade. Diante disso, como conceito, representa uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades étnicas que contribuíram para a formação da identidade nacional brasileira. Lélia Gonzalez (1988), renomada pensadora brasileira, destacou-se por sua crítica contundente ao lusotropicalismo, ao mito da democracia racial e à ideologia do branqueamento. Ela argumentou que a amefricanidade se manifestou em revoltas, resistência cultural e desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, como os quilombos e as sociedades maroon, espalhadas por todo o continente americano.

Além disso, Gonzalez (1988) observou a influência da cultura negra em diversos países, evidenciando uma Améfrica Ladina, fortemente marcada pela presença e influência indígena americana e africana. Essas manifestações culturais foram frequentemente ocultadas, em grande medida, devido às questões do inconsciente e à categorização de partes do corpo como objetos de amor, como exemplificado na valorização da bunda na cultura brasileira.

Em aliança com outros autores, como M. K. Asante e Abdias do Nascimento, Gonzalez defendeu a ideia de que uma ideologia de libertação deve emergir da experiência histórica e cultural dos próprios povos, rejeitando assim imposições externas de imperialismo. Essa postura, identificada como decolonialidade, convida a abandonar reproduções de opressão e a reafirmar a particularidade da experiência na América como um todo (GONZALES, 2020).

Ao explorar a categoria político-cultural de amefricanidade, Gonzalez (1988) referencia textos anteriores, como "Racismo e sexismo na cultura brasileira" e "Por um feminismo afrolatinoamericano", demonstrando a continuidade e a evolução de suas ideias ao longo do tempo. Essa análise crítica busca compreender a complexidade e a riqueza da interpretação da amefricanidade, traçando o caminho percorrido pela autora em suas publicações e o diálogo estabelecido com outros autores, movimentos e fatos históricos.

O conceito de amefricanidade surge como uma abordagem inovadora para compreender a diversidade étnica e cultural. M. D. Magno foi um dos pioneiros a introduzir esse termo no texto "Améfrica Ladina: Introdução a uma Abertura" (1981), questionando a latinidade brasileira e propondo que o Brasil seja entendido como uma "Améfrica Ladina", uma América Africana. Magno utiliza a metáfora de Macunaíma para ilustrar a transformação do herói em um personagem branco, destacando a ideologia do branqueamento como um processo de dominação que visa a internalização dos valores brancos pela população negra (MAGNO, 1981).

Lélia Gonzalez (2020), ao fazer referência a esse texto, levanta questionamentos sobre o racismo brasileiro e sua negação, assim como a naturalização do lugar do negro nas favelas e cortiços. Ela destaca a importância da amefricanidade como uma categoria política e cultural que transcende limitações territoriais e ideológicas, permitindo uma nova perspectiva sobre a América como um todo.

3 PÓS-COLONIALISMO E A INTERSEÇÃO COM OS ESTUDOS SOBRE RAÇA E RACISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Até recentemente, as RI estiveram amplamente isoladas tanto de outras disciplinas quanto de debates interdisciplinares mais amplos na teoria política e social, atribuindo este isolamento intelectual ao papel dominante desempenhado pela chamada escola realista. No período entre guerras, as correntes teóricas emergentes, isto é, do Idealismo e do Realismo, surgiram nas Relações Internacionais se baseando nos princípios da filosofia política clássica para estabelecer premissas sobre as interações entre os Estados (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

O Idealismo e o Realismo representavam abordagens distintas que moldaram a compreensão das relações interestatais. Assim, ancorando-se em ideias filosóficas antigas, essas correntes formularam regras que buscavam explicar o funcionamento dessas relações em um contexto global dinâmico e incerto. Entretanto, a análise teórica das RI naquele período revelou-se restrita, tendo em vista a sua busca por somente as extremidades de uma variedade de cenários possíveis, como as características em que se diferencia das nações e os Estados, bem como explorando a partir de uma perspectiva universalista e racionalista da política mundial (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Essa restrição, delineada por teóricos como Wight (1960), acaba por evidenciar a simplificação das abordagens teóricas que foram base para a formação da disciplina, diante de uma imensa complexidade das interações entre os Estados, seja ele no contexto doméstico ou o internacional, resultando em uma desconsideração de outras perspectivas que teriam a possibilidade de compreender de forma enriquecedora o cenário da política internacional (ACHARYA; BUZAN, 2010).

Diante disso, desafiando narrativas convencionais e buscando entender as dinâmicas globais a partir da perspectiva dos países e povos que foram colonizados, o pós-colonialismo emerge como uma lente teórica necessária nas Relações Internacionais (RI). Assim, o pós-colonialismo seria um discurso relativamente jovem com foco nas relações de dominação e resistência e o efeito que tiveram sobre a identidade, dentro, através e além do encontro colonial, ou seja, um conjunto contínuo de práticas que prescrevem as relações entre o Ocidente e o Terceiro Mundo além da independência das antigas colônias, preocupados com a resistência e recuperação, bem como com as ideias de ambivalência e hibridismo derivadas da teoria social contemporânea (KRISHNA, 2006).

Posto isso, o pós-colonialismo acaba por propiciar o desenvolvimento de um estudo sobre o Terceiro Mundo e a relação colonizador-colonizado, sendo destacada a necessidade de ser recuperada a cultura, a língua e a identidade pré-coloniais em um processo de

resistência à colonização, subvertendo as caracterizações euro-estadunidense dominantes (MBEMBE, 2014).

Além disso, o pós-colonialismo, enquanto abordagem teórica, destaca as continuidades do colonialismo mesmo após as independências formais. Essa perspectiva reconhece que as estruturas coloniais moldaram profundamente não apenas as ex-colônias, mas também as relações internacionais em sua totalidade. No cerne dessa análise está a compreensão de que os legados do colonialismo persistem, influenciando a distribuição de poder, a economia global e as interações diplomáticas, silenciando assim saberes produzidos pelos considerados subalternos (PAOLINI; DARBY, 1994).

Baseando-se nos estudos de Boaventura Sousa Santos, Carneiro argumenta que esse silenciamento pode ser caracterizado como epistemicídio, sendo este considerado como um dos meios mais eficientes e persistentes de dominação étnica/racial (CARNEIRO, 2005).

> O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender (CARNEIRO, 2005, p. 97).

A categorização racial foi instrumentalizada para justificar a exploração, a hierarquização e a dominação. Nesse contexto, é essencial considerar como as estruturas raciais continuam a desempenhar um papel significativo nas RI, mesmo no período pós-colonial. Além de que o racismo, como componente intrínseco do colonialismo, persiste como uma força moldadora das relações internacionais (TUCKER, 2018).

Para o autor Quijano, a colonialidade do poder refere-se à manutenção de hierarquias raciais, econômicas e culturais que foram estabelecidas durante a colonização. Essa abordagem destaca a continuidade das dinâmicas coloniais nas RI, indo além da independência formal dos países colonizados (QUIJANO, 2009).

> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009, p. 73).

Nesse sentido, outro teórico latino-americano que expandiu o conceito de pós-colonialismo foi Walter Mignolo, introduzindo a ideia de "descolonialidade". Mignolo

argumenta que o pós-colonialismo não deve ser visto como um estágio após o colonialismo, mas como um espaço de reflexão crítica que desafia as narrativas hegemônicas e busca desconstruir os legados coloniais. Sua abordagem descolonial destaca a importância de desvincular-se das epistemologias eurocêntricas e reconhecer as diversas formas de conhecimento que foram suprimidas durante o processo colonial (MIGNOLO, 2010).

Na perspectiva desses autores, o pós-colonialismo nas RI implica em questionar as estruturas de poder globais que têm raízes na colonização. Quijano e Mignolo ressaltam que as categorias raciais foram essenciais para a legitimação do domínio colonial e persistem como elementos fundamentais na construção de identidades e na distribuição desigual de recursos (MIGNOLO, 2010; QUIJANO, 2009).

Krishna (2008) destaca a natureza abrangente do pós-colonialismo, descrevendo-o como uma abordagem teórica e discursiva que se opõe de maneira abrangente ao eurocentrismo. Seu objetivo é recontar a história do mundo moderno a partir de uma perspectiva na qual a Europa não detém uma posição central. O eurocentrismo, segundo a definição da autora, é uma visão que influencia a compreensão da história global por meio de uma narrativa ocidental.

Segundo a autora Grada Kilomba:

> No racismo, a negação é utilizada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: “eles querem tomar o que é nosso, por isso eles têm de ser controlados”. A informação original e elementar –“nós estamos tomando o que é deles”- é negada e projetada sobre o ‘Outro’ –“eles estão tomando o que é nosso”. O negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado, e enquanto o negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano (KILOMBA, 2019, p. 34) .

Assim, no que diz respeito a cultura, é destacada uma diferença entre os dois discursos. Enquanto no pós-colonialismo a cultura esteve no centro desde o início, sendo elevada a um grau extraordinário, nas relações internacionais a cultura foi negligenciada e, consequentemente, empurrada para a periferia, tendo sido vista para este como subordinada ao Estado e, portanto, fora do domínio da política internacional (PAOLINI; DARBY, 1994).

Para a antropóloga Lelia Gonzalez (1988, p. 77):

> [o] mito da superioridade branca” foi fundamental no desenvolvimento do processo de dominação, “o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a 'superioridade' branca ocidental à 'inferioridade' negroafricana. A África é o continente 'obscuro', sem uma história própria (Hegel); por isso, a Razão é branca, enquanto a Emoção é negra. Assim, dada a sua 'natureza sub-humana', a exploração sócio-econômica dos amefricanos por todo o continente, é considerada 'natural'.

Já sobre os possíveis pontos de interseções entre o pós-colonialismo e as relações internacionais, são destacadas três esferas: as abordagens sobre o poder e a representação; a modernidade; e por fim, o compromisso emocional e o radicalismo. Dessa forma, sobre a primeira esfera de diferença identificada entre ambos os discursos, diz respeito às relações de poder e dominação entre Norte e Sul (PAOLINI; DARBY, 1994).

Em relação a segunda esfera de diferença e possível interseção, se refere a relação com a modernidade, já que as relações internacionais podem ser consideradas como filhas da modernidade, enquanto o pós-colonialismo é, em sua maior parte, uma revolta contra a mesma, voltando-a para fins de resistência (PAOLINI; DARBY, 1994).

Ademais, sobre a terceira categoria significativa de diferença, trata-se da questão relacionada a inclinação política e da questão do comprometimento emocional. Com isso, enquanto as relações internacionais constituem parte da retaguarda das velhas formações de conhecimento, começando no centro em vários sentidos e sendo o discurso de quem detém o poder, o pós-colonialismo é representativo das novas, sendo a voz daqueles que haviam sido despojados de sua cultura, autoridade e história (PAOLINI; DARBY, 1994).

Logo, a ausência de uma análise crítica de raça e racismo em RI contribui para a marginalização sistemática de questões fundamentais em âmbito internacional. A disciplina, ao negligenciar o reconhecimento do impacto do racismo nas relações globais, falha em compreender completamente as tensões e desigualdades que moldam o cenário internacional, como por exemplo a celebração equivocada da Guerra Fria como um período de paz, ignorando as tensões latentes e os conflitos em regiões colonizadas, assim como a omissão das guerras coloniais na construção dos fundamentos da Teoria da Paz Democrática, com isso, subestimando o papel fundamental desses eventos na configuração do sistema internacional (ACHARYA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, emergiu-se uma narrativa entrelaçada de temas como raça, racismo, colonialismo, pós-colonialismo e suas implicações nas Relações Internacionais (RI). Ao aprofundar a compreensão sobre como a construção histórica e ideológica da branquitude, oriunda do contexto colonial, em que esta exerce uma influência significativa nas estruturas de poder contemporâneas, reflete-se sobre a maneira como as teorias hegemônicas das RI muitas vezes negligenciam as dinâmicas raciais, perpetuando silêncios sistemáticos das hierarquias subjacentes.

A influência profunda da branquitude patriarcal euro-estadunidense nas RI revela como essa perspectiva organiza e influencia a disciplina, desde o surgimento da disciplina no início do século XX até a contemporaneidade. Nisso, o papel central da branquitude, forjado nas estruturas coloniais, foi considerado como um elemento que molda narrativas, práticas e

estruturas de poder do cenário internacional e doméstico. O resgate da história colonial e escravocrata destaca a persistência dessas influências no presente, instigando reflexões sobre o apagamento e os não-lugares da Raça nas abordagens epistemológicas de RI.

Com isso, a partir da ideia de colonialidade do poder, verifica-se como identidades são hierarquizadas e como a branquitude foi moldada como uma construção social que se originou nos processos coloniais. A obra de autores como Quijano, Maldonado-Torres, Bento, Mbembe e outros oferece perspectivas do subalterno sobre como o colonialismo não é apenas um evento do passado, mas uma força contínua que permeia as estruturas e práticas contemporâneas.

Nesse sentido, ao abordar o conceito de pós-colonialismo, observa-se como essa teoria tem a possibilidade de desafiar a narrativa eurocêntrica da modernidade, além de buscar recontar a história do mundo moderno de uma perspectiva não centralizada na Europa, desnaturalizando a visão de que a modernidade começou na Europa e se espalhou de maneira ordenada. Assim, a crítica ao eurocentrismo/estadunidense, seja na teorização das RI ou na compreensão da história mundial, destaca a necessidade de superar visões binárias que perpetuam desigualdades e estereótipos de hierarquias raciais.

Dito isso, a minimização dessas contribuições nas RI perpetua uma narrativa que marginaliza e subestima as vozes e perspectivas dos Estados e teóricos não-ocidentais e/ou os considerados subalterno, como por exemplo a América latina. Assim como a negação do racismo como um sistema estrutural em RI também se traduz na persistência da exclusão sistemática de interesses e visões globais que não se alinham completamente com as premissas ocidentais. Essa recusa em reconhecer as interconexões entre racismo e ordem internacional resulta em uma disciplina que continua a favorecer uma perspectiva eurocêntrica/estadunidense, falhando em abordar plenamente as nuances e desafios das relações internacionais contemporâneas.

Diante disso, ao discutir o papel da raça na América Latina, foi destacado como as hierarquias raciais históricas continuam a moldar as estruturas sociais e econômicas da região. A obra de Lélia Gonzalez, em particular, trouxe uma visão crítica do mito da democracia racial, evidenciando a persistência do racismo e da discriminação contra as populações afrodescendentes. Sua proposição da categoria político-cultural da amefricanidade ampliou o escopo do debate sobre raça na região, reconhecendo a diversidade e a riqueza das contribuições afro-latino-americanas para a cultura e a sociedade.

Por conseguinte, averígua-se que a reflexão sobre raça, colonialismo, pós-colonialismo e suas interseções nas RI é necessária para compreensão da história mundial, bem como das dinâmicas e conflitos que permeiam a contemporaneidade. A complexidade desses temas exige uma abordagem contínua e aprofundada, não apenas na academia, mas também na prática das relações internacionais, buscando dissolver estruturas que perpetuam desigualdades e privilegiar perspectivas que reconheçam e respeitem a diversidade humana

em todas as suas formas, dando assim voz para aqueles que foram e ainda são constantemente silenciados.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. (2016). Advancing Global IR: Challenges, Contentions, and Contributions. International Studies Review, 18, 4-15.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Non Western International Relations Theory; perspectives from Asia and Beyond, 2002.

ALMEIDA, Neide A. de. Letramento racial: um desafio para todos nós. Portal Geledés, 28 out. 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-p. Acesso em: 25 nov. 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é Racismo Estrutural?. Letramento: Belo Horizonte, 2018.

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. Race and Racism in International Relations: confronting the global colour line. London, Routledge, 2015.

BALLESTRIN, Luciana. Condenando a Terra: desigualdade, diferença e identidade (pós)colonial. In: MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e Desigualdades: o debate da teoria política. São Paulo: Unesp, 2016. p. 365-398.

BALLESTRIN, Luciana. The Global South as a Political Project. 2020. Disponível em: https://www.e-ir.info/2020/07/03/the-global-south-as-a-political-project/. Acesso em: 10 nov. 2023.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 25-58.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. São Paulo, 2002. 169 p. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DU BOIS, W.E.B. As Almas da Gente Negra. Tradução de Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

DU BOIS, W. E. B. The Souls of White Folk. Library of America, p. 923–38, 10 ago. 1987.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. n. 92-93. Rio de Janeiro: Ed. Global, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Nanny: Pilar da amefricanidade. (1988) In: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia. (org.) Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HERZ, Mônica. O Crescimento da área de relações internacionais no Brasil. Contexto Internacional [online]. 2002, v. 24, n. 1, pp. 7-40. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-85292002000100005. Acesso em: 16 out. 2024.

KILOMBA, G. Memórias da Plantação: episódios de racismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRISHNA, Sankaran. Globalization and Postcolonialism: hegemony and resistance in the twenty-first century. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

KRISHNA, Sankaran. Race, amnesia, and the education of international relations. In: JONES, Branwen Gruffydd (ed.). Decolonizing international relations. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2006. p. 89-108.

MAGNO, M. D. Améfrica Ladina: introdução a uma abertura. Rio, Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, 1981.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. pp. 127-167. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores. 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinariedade e decolonialidade. 2015.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018, 80p.

MBEMBE, Achille. On the postcolony. Los Angeles: University of California Press, 2001. v. 41.

MIGNOLO, W. Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramatica de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, W. D. Historias locales/diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

MILLS, C. W. (CHARLES W. The racial contract. Cornell University ed. New York: Cornell Paperbacks, 1997.

NOGUEIRA, João Ponter; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais - Correntes e Debates. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2005.

PAOLINI, A; DARBY, P. (1994) “Bridging International Relations and Postcolonialism”, Alternatives, 19.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoa”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12. senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37. Acesso em: 19 nov. 2024.

SILVA, P. E. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (Orgs.). Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 19-32.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-30.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. Perú Indígena, 13 (29), 1992, p. 11-20.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 59-90.

RAMOS, A. G. Um herói da negritude. Diário de Notícias, 6 de abril de 1952.

SAID, E. W. Orientalismo o oriente como invenção do ocidente. SCHWARCZ ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHUCMAN, L. V. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020.

SHILLIAM, Robbie. When did racism become solely a domestic issue? Foreign Policy, [s. l.], June 23, 2020. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2020/06/23/racism-ir-internationalrelations-domestic/. Acesso em: 20 out. 2024.

TUCKER, K. Unraveling coloniality in international relations: knowledge, relationality, and strategies for engagement. International Political Sociology, v. 12, n. 3, 2018, p. 215-232.

VITALIS, R. The Graceful and Generous Liberal Gesture: Making Racism Invisible in American International Relations. Millennium: Journal of International Studies, v. 29, n. 2, p. 331–356, 24 jun. 2000.

ZVOBGO, Kelebogile; LOKEN, Meredith. Why race matters in international relations. Foreign Policy, [s. l.], June 19, 2020. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2020/06/19/ why-race-matters-international-relations-ir/. Acesso em: 15 nov. 2024.